

A Educação de Jovens e Adultos de uma escola da rede municipal de Campo Grande - MS: o ensino de língua portuguesa e a leitura literária¹

Izabela Delgado Da Costa²

Resumo: Neste artigo trazemos resultados de uma pesquisa qualitativa e documental sobre a organização pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) anos iniciais do ensino fundamental no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa e da leitura literária de uma escola municipal de Campo Grande - MS. O estudo foi realizado durante a disciplina de Prática Científica na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2023, tendo por objetivos conhecer e analisar a organização pedagógica da EJA, o ensino de língua portuguesa e a leitura literária no projeto político-pedagógico da referida escola e referencial curricular da Rede Municipal de Ensino. Os referenciais teóricos que amparam a pesquisa estão nos estudos de Freire (1987;1968,1997; 2003), Gadotti (2002), Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009), Sant Ana, Lemos (2018), Paulino (2005). Como resultado deste estudo, podemos mostrar a importância da leitura literária no mundo da EJA como elemento responsável pela formação crítica, profissional e humana havendo também a necessidade de encontrar continuamente novos usos para metodologias adequadas aos alunos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; projeto político-pedagógico; leitura; língua portuguesa.

Introdução

Neste texto apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada durante o ano de 2023, na disciplina de Prática Científica, como requisito para conclusão do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O interesse na elaboração do presente trabalho surgiu a partir do envolvimento com a disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA), durante o 5º período de Pedagogia. Percebemos que em geral essa modalidade não recebe a importância que deveria

¹ Trabalho de conclusão de curso realizado sob a orientação da profa. Dra. Maria de Fátima Xavier da Anunciação de Almeida, do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFMS.

ter, e essa afirmação foi se consolidando em nossas mentes ao longo de nossos estudos universitários, já que estávamos mais voltados para o ensino da educação infantil e ensino fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação ofertada a pessoas jovens, adultas e idosas que não concluíram a escolarização básica em tempo oportuno, como podemos observar na Constituição Federal de 1988 “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, art. 205, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/1996, na Seção V, afirma sobre a EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Brasil. lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Outro motivo deste estudo foi pensar que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos necessita ser valorizada e os seus alunos têm o direito de acesso a uma escola de qualidade, que garanta a permanência, que respeite sua cultura, as suas singularidades de seus saberes na escola. Como é destacado nas Diretrizes Curriculares Estadual da Educação de Jovens e Adultos sobre o perfil desses educandos:

Compreender o perfil do educando da EJA requer conhecer a sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento afastou-se da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e ou culturais. (Mato Grosso do Sul, DCEs, 2006, p. 29)

Paulo Freire (1987) fornece a decifração para a epistemologia da pedagogia emancipatória através da seguinte afirmação “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Para Paulino (2005) a leitura é considerada literária se as ações do leitor representam uma prática cultural de natureza essencialmente artística e criam uma interação prazerosa com o texto que está sendo lido. O prazer de ler acompanha o crescimento sem que outros objetivos sejam reconhecidos como mais importantes, mas outros objetivos também podem existir. O pacto entre leitor e texto inclui necessariamente uma dimensão imaginária em que a linguagem é o centro das atenções. Porque através da linguagem se inventam outros mundos nos quais emergem diferentes seres com suas ações, pensamentos e sentimentos.

Nesse sentido, nos preocupamos com a nossa formação como futuros profissionais da educação de jovens e adultos, considerando esse perfil de estudantes, por conseguinte, surgiu uma pergunta que buscamos responder: (i) Qual é a organização pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA), anos iniciais do ensino fundamental, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa e da leitura literária de uma escola municipal de Campo Grande - MS?

Para conseguir responder a esse problema, realizamos uma pesquisa documental tendo por objetivos conhecer e analisar, por meio do projeto político-pedagógico de uma escola municipal deste município e o Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino (REME), a organização pedagógica da EJA no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa e da leitura literária, dos anos iniciais do ensino fundamental. na cidade de Campo Grande-MS.

Quando começamos o nosso processo de construção da pesquisa, tínhamos a intenção de realizar uma pesquisa de campo, o que não foi possível e optamos por realizar uma pesquisa documental. No início, fomos procurar escolas que ofertam a EJA próximas à região em que moramos, mas nos decepcionamos, pois as escolas que existiam, as turmas foram fechadas por falta de matrículas e por falta de financiamento. Os alunos foram remanejados para outra escola a qual conhecíamos pelo fato de já termos realizado um estágio obrigatório da faculdade nessa instituição. Conhecíamos a coordenadora pedagógica, o que tornou possível o acesso ao projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino. Ao chegarmos na escola fomos bem recebidos e nos encaminharam para falar com o diretor, que logo nos deu acesso ao PPP da escola, indicando a parte que se destina a EJA.

Nesse sentido, a pesquisa documental possibilita-nos a análise de documentos, como no caso do PPP da escola municipal e o referencial curricular da Reme.

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu

manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p.4)

Nesse caminho, esses documentos são norteadores da organização do trabalho pedagógico do/a professor/a da EJA dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo fontes fundamentais para verificarmos quais são as políticas curriculares e pressupostos de educação, ensino de língua portuguesa e de leitura literária. É relevante refletirmos sobre a análise documental, que em princípio desafia a capacidade do pesquisador de selecionar, processar e interpretar informações para compreender as interações com as fontes. Isso torna a pesquisa mais detalhada e os dados coletados mais significativos. (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (Sá-silva; Almeida; Guindani, 2009, p.2)

A análise documental é importante, para que o pesquisador assuma um papel ativo na pesquisa e conduza o processo de análise, seguindo os passos de selecionar o material, analisar, organizar, ler e reler, sistematizar, entre outros. Ressaltamos que toda modalidade de pesquisa apresenta limites e potencialidades, cabendo ao pesquisador usar de sua experiência e perspicácia para analisar a veracidade das fontes, compreender a subjetividade, identificar o dito e o não-dito, bem como reconhecer as vantagens do uso do documento, explorando essa fonte em um exame minucioso e reconhecendo a importância de todos os documentos (Almeida, Guindani; Sá-Silva, 2009).

Por fim, organizamos este artigo apresentando a EJA no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola municipal e o referencial curricular da Reme, trazendo a proposta do ensino de língua portuguesa e da leitura literária, nesses documentos. Nas considerações finais, trazemos uma reflexão dos documentos analisados e da modalidade EJA, do ensino de língua portuguesa e da leitura literária. Desse modo, esperamos que este estudo contribua a reflexões à formação docente quanto à construção de práticas pedagógicas de qualidade no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa e da leitura literária numa perspectiva sócio-histórico e cultural, dialógica que possibilitem aos educandos dessa modalidade serem leitores ativos e críticos da leitura literária e do mundo.

O Projeto Político-Pedagógico e a Educação de Jovens e Adultos de uma escola municipal: ensino de língua portuguesa e leitura literária

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa a identidade e as diretrizes de uma instituição educacional, seja ela uma escola, uma creche, uma faculdade ou qualquer outra organização voltada para a educação. Esse projeto é elaborado coletivamente pela comunidade escolar, envolvendo gestores, professores, funcionários, alunos e, muitas vezes, pais ou responsáveis.

O projeto político da escola analisada foi homologado em setembro de 2017, e está passando por reformulações no ano de 2023, que não foram finalizadas, por conta disso utilizamos a última versão do PPP que foi publicada em 2017.

De acordo com Gadotti (2002), o projeto político-pedagógico possui dois princípios fundamentais da governança escolar democrática: a autonomia e a participação. Para o autor, esses princípios nos trazem que o PPP não pode ser apenas uma “declaração de intenções” e sim planejado com base em metas e estratégias. Especificamente, o autor lembra que:

Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Por exemplo, hoje a escola pública burocrática se confronta com as novas exigências da cidadania e busca de nova identidade de cada escola, pautas de uma sociedade cada vez mais pluralista. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (Gadotti, 2002, p.2)

Isso posto, fomos buscar no PPP de uma escola municipal de Campo Grande - MS, o que propõe como organização da EJA anos iniciais do ensino fundamental no que diz respeito, particularmente, ao ensino de língua portuguesa e da leitura literária. Conforme o PPP de uma escola municipal de Campo Grande - MS (2017), a Educação de Jovens e Adultos começou a ser oferecida em 1999, em decorrência da intensa procura da comunidade local e de bairros próximos, priorizando os valores e habilidades necessárias para o cumprimento das competências técnico-pedagógica e que atendam a legislação.

Hoje em dia o funcionamento da modalidade nessa determinada instituição está vinculado à Resolução nº 1, de 25 de maio de 2021, que institui Diretrizes Operacionais

para a Educação de Jovens e Adultos, fazendo um alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Cabe salientarmos que a Base Nacional Comum Curricular³ não determina um programa específico para a EJA, parecendo que deve ser seguido o mesmo programa estabelecido para a infância e adolescência.

Neste caso, abre-se o caminho da organização das habilidades e competências adaptando-as para os jovens e adultos de acordo com as experiências e conhecimentos que este público-alvo já carrega e não tratá-los da mesma maneira que se ensina para crianças. Apresenta uma proposta dialógica, que procura os referenciais teóricos, como a leitura do mundo do aluno, relacionando com a pedagogia crítica, que busca modificar a sociedade, com isso o processo de aquisição do conhecimento do aluno pressupõe um caráter democrático que busca compreender as relações que estão envolvidas no cotidiano do educador e educando.

As orientações para o Currículo estão em consonância com o Referencial Curricular da EJA da Rede Municipal de Ensino /Reme 2020. Assim, ficará a cargo do professor (a), de cada área do conhecimento, averiguar quais habilidades em cada fase (inicial, intermediária e final) da EJA, que precisam ser estudadas, não foram contempladas ou precisam ser retomadas.

O documento apresenta ainda, o perfil do aluno da escola pesquisada: são trabalhadores urbano, jovens acima dos 15 anos que não se adequaram ao sistema regular, jovens e adultos infratores, mulheres trabalhadoras e mães que deixaram os estudos para cuidar dos filhos, estrangeiros (paraguaios, venezuelanos e haitianos), idosos, entre outros.

No processo de ensino e aprendizagem, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de aprendizagem dos conteúdos escolares e, principalmente, suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania. Utilizando a linguagem da escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos e considerar as diferentes condições de produção do discurso.

³ Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Nesse contexto, propõe utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas do conhecimento. Sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos, reconstruindo o modo pelo qual se organizam em sistemas coerentes, sendo capaz de operar sobre o conteúdo representacional dos textos, identificando aspectos relevantes, organizando notas, elaborando roteiros, resumos, índices, esquemas entre outros. Dessa forma aumentando e aprofundando seus esquemas cognitivos pela ampliação do léxico e de suas respectivas redes semânticas. (Parâmetros Curriculares Nacionais, língua portuguesa, 1997)

Preocupa-se com a formação de um aluno crítico ao utilizar diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos contrapondo sua interpretação da realidade a diferentes opiniões, e inferindo as possíveis intenções do autor marcadas no texto, percebendo os processos de convencimento utilizados para atuar sobre o interlocutor/leitor.

No PPP aparece que a escola compreende a necessidade de abordar no ensino os juízos de valor tanto sócio-ideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico-culturais (inclusive estéticos) associados à linguagem e à língua, reafirmando a identidade do aluno pessoal e socialmente. Traz também um reconhecimento para a valorização das diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito linguístico e também reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressam por meio de outras variedades.

Propõe averiguar os conhecimentos já adquiridos dos indivíduos que frequentam essa instituição escolar por meio da prática de análise linguística para expandir suas capacidades de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica. Os conteúdos são selecionados em nome de um trabalho que visa, principalmente, proporcionar experiências com o uso e a reflexão da linguagem em situações comunicativas.

Reflete sobre a integração do aluno numa sociedade que na maioria das vezes é entendida como “falsa erudição”, sendo que o mercado de “capital” procura cada vez mais pessoas com elevados níveis de alfabetização. Mas quem disse que esse aluno é analfabeto?

Acreditamos que cada ser social possui seu nível individual de alfabetização, por isso não podemos deixar de considerar a alfabetização para além da escola. Essa pessoa busca a alfabetização dentro da escola, mas não para de alfabetizá-la fora da escola.

Não podemos nos esquecer que os sujeitos que fazem a EJA tiveram seus direitos negados, referindo-nos ao direito à educação. E também sobre a leitura literária, a ação escolar para o desenvolvimento da leitura na EJA é muitas vezes dificultada pelo fato de os acervos de literatura existentes nas escolas serem direcionados aos anos iniciais (1º ao 5º), com foco em crianças e adolescentes. É evidente que esta situação obriga os professores que trabalham na EJA a utilizar outras ferramentas para trabalhar a leitura. Portanto, o papel do professor é trabalhar junto dos alunos, que possuem diferentes ritmos de aprendizagem da leitura/escrita diversos gêneros literários.

Nesse sentido Freire (2003), apresenta os desafios dos educadores da EJA estão no planejamento do ensino e na seleção de textos literários para trabalhar com os alunos, pois acreditamos que os textos não podem ser de qualquer tipo, precisam trazer também o universo adulto, para que possibilite a “leitura da palavra mundo”.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Freire, 2003, p. 11).

Ler consiste em ler a realidade com olhar atento porque o nosso mundo “aparentemente moderno” está cheio da vergonha da desigualdade. Em suma, conhecimento e leitura literária é liberdade. Além disso, afasta-nos do papel de simplesmente receber a palavra e coloca-nos na difícil tarefa de interpretar e reinventar o próprio mundo, numa busca constante da verdade e da liberdade. Isso faz do leitor o sujeito da vida, as ideias de Freire sobre leitura emergem desse contexto. Porque, segundo Freire, não basta ler o código da linguagem, mas sim precisa entender o que está lendo e como isso está conectado. a realidade social para todos os leitores.

A leitura e a escrita são direitos individuais, isto porque é condição para a participação ativa dos cidadãos na sociedade. É papel da escola oferecer condições para a promoção do desenvolvimento das práticas de linguagem prestigiadas culturalmente na sociedade, uma vez que o processo de leitura e escrita permeia todo o processo de ensino e aprendizagem na escola.

Atendendo às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o desenvolvimento do projeto do componente curricular de Língua Portuguesa inclui um plano estratégico para promover a textualização da fala, da expressão oral, da compreensão auditiva e da produção escrita.

O conhecimento através da educação é uma ferramenta humana no mundo, e todas estas atividades criam mudança, portanto não são atividades neutras, mas a atividade educativa é uma atividade política.

Destacamos a importância de ler o texto e a leitura contribui significativamente para a formação dos estudantes da EJA, ampliando seus conhecimentos, despertando sua sensibilidade crítica, promovendo a interação, diversificando e ampliando sua visão de mundo.

A leitura literária é de extrema importância para os jovens e adultos sendo considerada literária se a atividade do leitor for principalmente uma prática artística e cultural que crie uma interação prazerosa com o texto lido. O prazer da leitura acompanha o seu desenvolvimento, e nenhum outro objetivo, embora exista, é considerado mais importante. O acordo entre leitor e texto envolve necessariamente uma dimensão imaginativa em que a linguagem se destaca como foco de atenção. Porque através disso se cria outro mundo onde nascem outros seres com suas ações, pensamentos e emoções. Segundo Freire (2003, p. 28) “a leitura é importante no sentido de oferecer ao homem compreensão do mundo e através dessa relação é possível a descoberta da realidade sobre a vida”.

A linguagem acaba por ser objeto de admiração não só como meio de comunicação, mas também como espaço de criatividade. A leitura de literatura aliada à vida social merece atenção pública por ser uma prática que questiona um mundo já ordenado e sugere o rumo da vida e da convivência com outras culturas. Nas sociedades não alfabetizadas, os textos literários orais circulam brincando com os sons das palavras, contando histórias e criando pinturas ou imagens esculpidas. Essas práticas ocorrem até hoje no mundo letrado, ou seja, entre sujeitos alfabetizados e não alfabetizados, permitindo ampliar o alcance da interação dos leitores.

O Referencial Curricular da REME: ensino de língua portuguesa e leitura literária na EJA

Atualmente, o Referencial Curricular da Rede Municipal de Campo Grande - MS (2020) é uma ferramenta para as instituições escolares da rede pública, fornecendo

orientações para apoiar o processo de desenvolvimento e/ou revisão de propostas pedagógicas, principalmente no que diz respeito à organização do currículo de cada escola na rede municipal de ensino.

A organização curricular da REME é dividida em 5 livros, sendo composta pelas seguintes áreas de conhecimento: à Educação Infantil, um para a área de linguagens, um para Ciências Humanas, outro para matemática e por fim um para ciências da natureza.

No referencial curricular da REME (2020) apresenta que propor um currículo para jovens e adultos proporciona oportunidades educacionais adequadas que levam em conta as características, interesses, condições de vida e de trabalho do aluno. A EJA é orientada pelos princípios éticos de autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania; o exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos de sensibilidade, criatividade e diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Não temos um referencial curricular da Reme especificamente destinada a EJA, mas nos seus documentos aborda informações e orientação na preparação de planos de aula na educação de jovens e adultos e as escolas que oferecem essa modalidade de ensino devem segui-las.

A alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas relacionados, e juntas são um pré-requisito para a cidadania. As abordagens curriculares ao longo dos primeiros anos e do ensino primário devem ter em conta os princípios da pedagogia interdisciplinar. As escolas são espaços de envolvimento cívico para jovens e adultos que estão prontos para iniciar o processo de aprendizagem, desde que compreendam a utilidade das escolas para lidar melhor com questões do mundo real nas suas vidas pessoais.

Isso ocorre porque as pessoas comuns e profissionais são sensíveis aos estímulos externos depois da absorção que os indivíduos aprendem fazendo. Os adultos trazem experiências que os diferenciam das crianças em diversas situações de treinamento. Eles são a fonte mais rica de experiência.

No processo cognitivo de educação de jovens e adultos, historicamente identificamos as instituições escolares como fontes de benefícios sociais e de males sociais. Hoje podemos ver os movimentos sociais e os grupos educacionais dando uma maior contribuição aos processos cognitivos, expressando abordagens à escrita contextual como um meio de mudar as formas de pensar e as relações dentro da sociedade.

Baseando-se na legislação vigente, sugere os agrupamentos de conteúdos curriculares em áreas de conhecimento para tentar desenvolver e construir saberes, produzir conhecimentos, atitudes, valores, competências e habilidades, mas acima de tudo, proporcionar uma formação para a cidadania. Oferecer a possibilidade ao educando para que ele viva a linguagem escrita, oral, gestual, simbólica, ritualística, onírica, cibernética, eletrônica, muscular, facial, pictórica e musical, é assegurar-lhe o direito de exercer o soberano direito de escolher como viver, nas relações com as condições materiais de sua existência (condições econômicas, sociais, culturais, afetivas e valorativas).

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. (Referencial curricular da REME, 2020, p.26)

E quando fazemos isso, estamos nos referindo a um todo único e cheio de matizes e diversidades: a linguagem repleta de linguagens, de registros diversos, com códigos variados e sensações heterogêneas. Estamos nos referindo ao trabalho de colocar um ser complexo e heterogêneo, plural, multifacetado e inteiro, o educando real e contraditório, em contato com as práticas sociais de leitura e escrita, ao mesmo tempo em que lhe deve ser dado o direito de escolher as práticas de linguagem com as quais quer conviver mais assídua e intensamente.

Segundo o referencial curricular da REME (2020), o objetivo do ensino de português é preparar os alunos para lidarem com a língua em diversos contextos de uso e expressão da língua, incluindo a estética. Isso porque conhecer a língua nativa é a base para o acesso a outras áreas do conhecimento.

Entendemos que por meio da leitura, a educação busca promover o avanço dos alunos, permitindo-lhes desenvolver conceitos para o desenvolvimento das habilidades da linguagem oral, componente importante do aprendizado para o exercício da cidadania. A visão é construir um público leitor cada vez mais abrangente, respeitando os diferentes níveis educacionais, e isso pode ser alcançado através da leitura de textos literários e não literários.

Deve ser destacado o valor adicional acrescentado pela leitura literária como objeto de conhecimento e uma espécie de espelho das ciências humanas e sociais para ajudar na criação de textos. No caso da boca a boca, cabe ressaltar a importância de proporcionar oportunidades de compartilhamento e socialização das obras lidas, e de garantir essa prática

e impressões subjetivas que expliquem aos alunos o prazer da leitura, após o contato com um texto literário, ele se torna naturalizado e essencial.

Palavras finais

A análise realizada mostra que os documentos curriculares relacionados à organização pedagógica da EJA trazem diferentes expectativas sobre o processo educacional, os avanços ocorridos no EJA são enormes, mas mesmo com tantos avanços ainda há muito o que ser revisto e melhorado, para conseguir garantir o acesso à educação de qualidade, não basta apenas criar leis mas colocar elas em prática, precisa ser melhor atendida com financiamentos, assistência estudantil, como estrutura das escolas e na capacitação de professores.

No projeto político-pedagógico analisado é possível perceber que não há muito no documento que se fala sobre leitura literária, sua importância é como a escola prepara os alunos para o ensino da língua portuguesa, vale ressaltar que esse PPP está em modificações.

As atitudes da escola devem contribuir para a melhoria da qualidade da educação como observamos ao longo desse artigo, podemos começar pelo incentivo dos alunos a irem à biblioteca, para que possam ter um acesso amplo ao horizonte da literatura e língua portuguesa, com isso necessitamos de mudanças no desenvolvimento de práticas de leitura que tornam os textos acessíveis a jovens e adultos.

A respeito de qualquer movimento pedagógico que se deva fazer, defendemos, fortemente, que a leitura do texto literário deve atravessar os planos de aula de todos os professores e estar na base do Projeto político-pedagógico não apenas da escola analisada mas de cada unidade escolar, constituindo-se em um programa de leitura construído e reavaliado continuamente. É necessário tornar consciente o ensino das estratégias de leitura na escola, como ação metodológica, o planejamento e professores mediadores na organização das diversas etapas do processo de leitura. A educação literária aponta para um grupo de práticas sociais desenvolvidas em torno de textos escritos permitir que os usuários do idioma participem ativamente das suas comunidades por vezes modificam e por vezes influenciam as decisões coletivas. É compreensível, portanto, que a alfabetização literária assuma seu caráter social antes mesmo de receber um nome para o projeto escolar, pois é cuidadosamente construída desde a seleção das obras até a utilização do texto por todos os leitores.

Nesse sentido, ganha destaque a relevância da sala de leitura como território estratégico para o desenvolvimento para os leitores lerem, em muitos casos, para um público que em muitos casos se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica, fazendo com que as escolas responsáveis por garantir o acesso à leitura literária. Tirando a imagem de uma grande rede de ensino, nos vemos conectados pelas histórias que lemos, ouvimos e escrevemos.

Ser reconhecido e pertencer a uma comunidade de leitores que consiste em ler continuamente. Há muitas ações que podemos fazer na escola antes de podermos desenvolver infinitamente leitores habilitados que possam entender o que os outros estão dizendo. Nesse contexto, acreditamos que a literatura é um bem cultural ao qual os alunos da EJA devem ter os mesmos direitos que pessoas de diferentes tipos e níveis de ensino.

Aprofundar os estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos foi um grande benefício para a pesquisadora, pois ampliou mais sua vontade em atuar e contribuir na área, pois assim como o ensino regular merece cuidado, a modalidade da EJA requer também um olhar atencioso.

Quando estudamos, discutimos ou participamos de eventos de discussões sobre a construção de escolas e dos projetos políticos pedagógicos é comum sentirmos uma mistura ambígua de excitação e decepção. Percebemos que a escola ainda é um ambiente negligenciado, por isso necessitamos de políticas governamentais que tenham em conta a taxa de alfabetização do país. Mas este fato motiva-nos a criar condições em que possamos cumprir o nosso papel primordial de formar pessoas para tanto, precisamos pensar em formas de libertar este tema mesmo no meio das dificuldades que a educação atravessa.

Cabe destacar que a discussão construída aqui não se esgota, e que é de extrema importância pensar, criar e estudar formas de tornar o ensino de Jovens e Adultos mais dinâmico que fique cada vez mais visível que o ambiente escolar faz parte da vida, do cotidiano, da rotina, por isso são indissociáveis e se complementam na tarefa de educar para a formação dos diversos saberes.

Por fim, neste contexto voltamos a sublinhar a importância do PPP das escolas como direcionadoras de produção de metodologias que atendam às necessidades dos alunos das modalidades de educação de jovens e adultos. Desta forma, os alunos podem compreender os textos literários e, ao mesmo tempo, promover a sua própria postura crítica e ponderada em relação à leitura e ao mundo.

Referências

Brasil. ministério da educação. base nacional comum curricular. Brasília: MEC, 2018.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília, MEC/SEF/COEJA, 2006.

Freire, Paulo. a importância do ato de ler. 45 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Freire, Paulo. educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Freire, Paulo. pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Freire, Paulo. pedagogia do oprimido. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Gadotti, M. o projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. 2002.

Mato Grosso do Sul. currículo de referência da REME. 2020.

Paulino, G. algumas especificidades da leitura literária. in: Paiva, A. et al. (orgs.). leituras literárias: discursos transitivos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Santos, M. L. I. educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética. Passo Fundo: UPF. 2003.

Sá-silva, Jackson Ronie; Almeida, Cristóvão Domingos de; Guindani, Joel Felipe. pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. revista brasileira de história & ciências sociais, São Leopoldo, ano. I, n. I, jul. 2009.

Wallace Pereira Sant Ana; Glen César Lemos. metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. revista eletrônica científica ensino interdisciplinar. nov. 2018.